



OS DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

YASMIM VITÓRIA DA SILVA RODRIGUES; ISABELA REGINA ALVARES DA SILVA LIRA

RESUMO

A violência acontece quando o indivíduo é socialmente visto como inferior e mais frágil, em um contexto no qual o jovem está fragilizado e exposto, a violência, independentemente de sua natureza acontece. Nessa conjuntura, os enfermeiros que atuam na Atenção Primária a Saúde (APS), são essenciais na prevenção e combate dos tipos de agressões, porque são eles que atuam próximos as famílias e são porta de entrada para o Sistema Único de Saúde. Dessa forma, o estudo tem como objetivo, investigar o quão preparado estão os profissionais da enfermagem para lidar com crianças e adolescentes violentados, e se os programas que fazem parte da APS estão impactando na prevenção desse dilema. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados científicas: Google Acadêmico e no Scientific Electronic Library Online (SciELO - Brasil), a pesquisa bibliográfica foi realizada no mês de junho de 2023, foram incluídos os artigos originais, disponíveis na íntegra, no período de 2018 a 2023. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2023 foram registradas ainda nos meses iniciais do ano quase 70 mil denúncias das quais 9,5 mil foram de violência física, incluindo estupro e exploração sexual, além disso há o aumento expressivo dos tipos de violência contra crianças e adolescentes nos últimos anos. Por ser um tema em ascensão no Brasil, foi buscado na literatura como tem sido o enfrentamento dos profissionais da enfermagem na prevenção desse problema e as estratégias utilizadas dentro do ambiente escolar, local onde as crianças e adolescentes estão longe dos seus possíveis agressores. Diante do exposto, compreendemos que o enfermeiro tem papel importante na notificação e combate da violência infanto-juvenil. A intervenção na comunidade a qual as unidades de saúde fazem parte é essencial por ser porta de entrada para as demandas da população. Sendo assim, se torna imprescindível investir estratégias para que haja melhorias na conscientização das pessoas com relação ao tema, principalmente onde há grande incidência de violências na infância e adolescência, nisso inclui também orientar as vítimas, sobre como podem se defender e denunciar o que vem acontecendo com si próprios.

Palavras-chave: Enfermeiro; abuso infanto-juvenil; Atenção Primária a Saúde; Programa Saúde na Escola; Promoção a saúde.

1 INTRODUÇÃO

A violência acontece quando o indivíduo é socialmente visto como inferior e mais frágil, isso faz com que outras pessoas sintam que tem poder e controle sobre esses grupos sociais considerados minoritários o que pode acarretar em agressões de diferentes naturezas. As crianças e adolescentes estão inseridos nesse contexto e são vítimas dos tipos de violência, sendo elas a física, psicológica, sexual e de negligência (REIS; PRATA; PARRA, 2018).

Diante da evidência de que a violência acontece em um contexto no qual o jovem está fragilizado e exposto, a violência, independentemente de sua natureza, não somente acontecerá

no ambiente extrafamiliar, mas pode acontecer principalmente no contexto familiar, visto que a proximidade e a dependência que aquela criança e adolescente tem em relação ao adulto, tanto emocionalmente quanto para suprir suas necessidades, faz com que não consiga denunciar o caso de violência e o abusador pode tirar vantagem desse fator (MUNIZ; DANTAS; SANTANA, 2022).

Nesse contexto, os enfermeiros que atuam na Atenção Primária a Saúde (APS) e na Estratégia Saúde da Família (ESF) são profissionais essenciais na prevenção e combate dos tipos de agressões na juventude porque são esses profissionais que atuam próximos as famílias e são porta de entrada para o Sistema Único de Saúde e os que acionam as redes de cuidado, uma vez que é nesse nível de atenção que se constitui o primeiro contato de muitas vítimas (MUNIZ; DANTAS; SANTANA, 2022).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007), o Programa Saúde na Escola (PSE) foi criado para que houvesse aprimoramento das políticas públicas e para que enfim acontecesse a integração dos profissionais da Atenção Primária a Saúde com a escola para melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e crianças, permitindo monitoração da sua condição geral e os tornando protagonistas dos seus cuidados através da informação.

De acordo com Anjos (*et al*, 2022) a atuação do enfermeiro é imprescindível nas escolas, não somente para perceber sinais físicos de violência, mas também os sintomas da violência que são revelados através da fragilidade emocional ao se comunicar com o profissional, esse que pode proporcionar um espaço de confiança e confissão, através de um acolhimento e escuta qualificada, para que assim ocorra a busca pela ajuda.

Sendo assim, a atuação do profissional da Enfermagem na Atenção Básica como orientador da prevenção e promoção em saúde na comunidade e dentro das escolas é um fator importante para diminuição da violência infanto-juvenil, ainda buscando compreender se esses profissionais estão preparados para realizar ações eficientes de combate e prevenção a violência infanto-juvenil. Dessa forma, o estudo tem como objetivo, investigar o quão preparados estão os profissionais da enfermagem para lidar com crianças e adolescentes violentados, quando esses chegam até as Unidades de Saúde e se os programas que fazem parte da APS estão impactando na prevenção desse dilema.

2 METODOLOGIA

No presente estudo a metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, tendo como objetivo levantar, reunir e avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários, compreendendo as diferentes visões dos autores promovendo reflexões sobre lacunas encontradas acerca da temática.

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados científicas: Google Acadêmico e no indexador de produção científica Scientific Electronic Library Online (SciELO - Brasil), que abrangem uma coleção selecionada de periódicos científicos nacionais e internacionais. A seleção dos trabalhos para esta revisão foi feita com base em pesquisa bibliográfica realizada no mês de junho de 2023, foram incluídos os artigos originais, disponíveis na íntegra, no período de 2018 a 2023, delimitando a busca aos estudos que abordassem a violência infanto-juvenil e enfrentamento dos enfermeiros na atenção primária frente ao tema. Procurando assim trazer esclarecimentos sobre as melhorias que precisam ser feitas na formação da categoria profissional para que possam ofertar uma ajuda mais efetiva no combate a temática do estudo apresentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2023 foram

registradas ainda nos meses iniciais do ano quase 70 mil denúncias das quais 9,5 mil foram de violência física, incluindo estupro e exploração sexual, além disso o aumento expressivo dos tipos de violência contra crianças e adolescentes nos últimos anos, fato que se deve principalmente pela pandemia do Covid-19, no qual estavam todos confinados a um só ambiente, deixando os jovens ainda mais próximos de seus agressores e fatores estressores, como perda de trabalho e depressão causados pelo isolamento social, levaram aos pais a punirem fisicamente cada vez mais seus filhos por quaisquer atos que fugissem do esperado por eles, prática esta culturalmente aceita como educativa e de aprendizado desde o princípio da sociedade brasileira (MAGALHÃES. *et al*, 2022; REIS; PRATA; PARRA, 2018).

Por ser um tema em ascensão no Brasil e que teve um aumento expressivo de casos nos últimos anos, foi buscado na literatura como tem sido o enfrentamento dos profissionais da enfermagem na prevenção desse problema e as estratégias utilizadas dentro do ambiente escolar, local onde as crianças e adolescentes estão longe dos seus possíveis agressores. Em todos os estados do Brasil os profissionais das unidades básicas de saúde reconhecem a obrigatoriedade e a necessidade de ser realizada a notificação dos casos para que ocorra um planejamento quanto ao enfrentamento da questão e para que políticas públicas sejam criadas ou aprimoradas (MUNIZ; DANTAS; SANTANA, 2022; BATISTA; BATISTA; QUIRINO, 2020).

Foi constatado em um estudo realizado na cidade de Recife e Jaboatão dos Guararapes - PE, em unidades da ESF algumas dificuldades e inseguranças no processo de preenchimento da ficha de notificação ou até o desconhecimento dela, ao ser comparado com outra capital do Brasil, São Paulo-SP, as dificuldades se mostram ser as mesmas, com relação aos procedimentos, o medo de não haver sigilo em relação ao profissional que realizou a notificação e a confusão para identificar os sinais de agressão em crianças e adolescentes, que por vezes omitem a situação por medo do agressor. Estudos revelam as dificuldades que profissionais da ESF têm em identificar casos de violência contra crianças e esse despreparo das equipes faz com que não aconteça a intervenção necessária. Em contrapartida, observou-se também, as resistências pessoais em lidar com a temática da violência, principalmente envolvendo o público infantil (MUNIZ; DANTAS; SANTANA, 2022; EGRY *et al*, 2017).

Em virtude disso, Silva e Ceribelli (2021) expôs o quanto de treinamento falta para esses enfermeiros através das secretarias de saúde, no entanto o despreparo da categoria profissional se dá desde a faculdade, com ausência do tema na grade curricular para que haja um acolhimento mais efetivo, identificação de sinais que possam parecer invisíveis e maior preparo psicológico dos próprios profissionais para lidarem com os casos.

A violência deve ser enfrentada por todos os profissionais de saúde, mas é evidente uma maior responsabilização do profissional enfermeiro e do médico em realizar a notificação, em virtude da proximidade a partir das consultas de enfermagem e médica, bem como a realização de visitas domiciliares, tendo a chance de conhecer o contexto familiar de forma íntima (MUNIZ; DANTAS; SANTANA, 2022). Porém Egry, Apostolico e Moraes (2018), descreve que os profissionais relatam passar a tarefa de notificar para um assistente social ou psicólogo, no entanto é previsto em documentos norteadores que qualquer categoria profissional deve realizar a notificação antes de encaminhar para os órgãos específicos, como Núcleo de Prevenção da Violência (NPV) ou Conselho Tutelar.

Contudo, se faz importante relatar sobre o trabalho das redes de atenção serem essenciais para realização do acompanhamento integral a vítima, o enfrentamento da violência e proteção dos envolvidos na notificação. A Portaria de Consolidação Nº 03, de setembro de 2017 (BRASIL, 2017) define o trabalho em rede como a união de serviços que tenha em comum o enfrentamento de uma necessidade específica que permita a continuidade da assistência.

Batista e Quirino (2020) propõe que todos os profissionais se envolvam na tomada de decisão sobre o que será feito para que não somente um profissional seja responsabilizado, e

acabe correndo risco de sofrer retaliação por parte do agressor por causa da proximidade que essas equipes têm a comunidade, que por vezes pode ser considerada perigosa, e também destacam a importância do treinamento das equipes para que não associem a notificação a denúncia policial, que conheçam a complexidade das redes de atenção e do preenchimento da ficha. Com propostas de intervenção bem realizadas, sendo assim possível diminuir a subnotificação em todos os sentidos, permitindo assim que os profissionais se sintam menos inseguros e propiciando a identificação das violências consideradas mais sutis como a psicológica e de negligência.

Diante do exposto, compreendemos que o enfermeiro tem papel importante na notificação e combate da violência infanto-juvenil, todavia a promoção a saúde é fundamental no âmbito escolar, o qual está inserido como parte das estratégias da Atenção Primária a Saúde, o que poderá levar a informação diretamente para as possíveis vítimas, de modo que consigam se proteger e denunciar os abusos (REGO, 2019; SILVA; CERIBELLI, 2021). Como determinado pelo Ministério da Saúde (MS) são as equipes da atenção primária, nas quais o enfermeiro está inserido, que realizam as ações do Programa Saúde na Escola, por isso uma equipe bem-preparada e orientada acerca do tema é fundamental antes que possam lidar com os adolescentes e crianças nesses ambientes (BRASIL, 2007).

Em Anjos (et al, 2022), observamos na prática uma abordagem realizada em uma escola do Distrito Federal, e nos mostra que durante a realização de consultas de enfermagem realizadas com estudantes do ensino fundamental foi possível identificar o aumento de violências físicas e psicológicas após a pandemia do Covid-19, posteriormente encaminhados para o Serviço de Orientação Educacional (SOE). Em contrapartida Souza (et al, 2020), na cidade do Recife, desenvolveu um trabalho onde, foram escutadas as aflições de adolescentes acerca do tema abuso sexual, e em seguida coletados os relatos desses jovens sobre os fatores que favoreciam a agressão em sua região, como por exemplo: transporte público lotado, má iluminação nas ruas e ambiente virtual perigoso, dessa forma foi possível conhecer as subjetividades e medos desse público.

Em busca de colocar em prática métodos para proteção da juventude Rego (2019), realizou através de atividades lúdicas e teatrais para explicar para crianças sobre onde podem ou não serem tocadas, entretanto com os adolescentes foi trabalhado o tema de forma direta, com o uso de cartas anônimas, sendo possível obter o mesmo resultado, onde crianças e adolescentes estejam cientes sobre quais órgãos não podem ser tocados e como recorrer para pedir ajuda, além do mais o envolvimento dos familiares no projeto expôs como a sociedade ainda normaliza que os pais não falem sobre a temática com os filhos em casa.

Sendo assim, ficou claro que, o trabalho dos enfermeiros dentro das escolas é enriquecedor tanto para o profissional se familiarizar com os sinais de violência e como para atuar ativamente na prevenção através de orientações para que esse público reconheça quando estiver vivenciando uma possível situação de violência. Além de poder atuar da melhor maneira possível em ações educativas que previnam a violência também extrafamiliar como relatado pelo grupo estudado. Nos mostrando que o enfermeiro não realiza apenas intervenções clínicas, mas também propicia a disseminação do conhecimento sobre saúde, meio ambiente, hábitos de vida e todo o tema que interfere diretamente na relação humana, e a escola é o ponto principal para tal ação, com a colaboração da escola, dos postos de saúde e da comunidade. Assim aumentando a importância da Saúde na Escola e na defesa da integridade física e psicológica das crianças e adolescentes. (SOUZA. et al, 2020; ANJOS. et al, 2022).

4 CONCLUSÃO

Por meio dessa investigação foi possível concluir que a violência infanto-juvenil tem como um dos obstáculos a ser combatido na atenção primária a questão do despreparo técnico

e psicológico dos profissionais de enfermagem em lidar com os casos, que se deve pela não valorização do tema pelas instituições que estão formando esses profissionais e também negligência do Estado. O medo, a insegurança, o conhecimento insuficiente para responder a tal demanda, a falta de incentivo e a exposição que os enfermeiros sentem ao realizar a notificação ainda faz com que as ações para combater a violência sejam ineficazes ou inexistentes, porém fica claro sobre a importância do envolvimento da equipe da ESF e das redes de atenção para que a vítima seja acolhida e consiga superar as cicatrizes dos traumas causados pela violência.

A intervenção na comunidade a qual as unidades de saúde fazem parte é essencial por ser porta de entrada para as demandas da população. Sendo assim, se torna imprescindível realizar estratégias para que haja melhorias na conscientização das pessoas com relação ao tema, principalmente onde há grande incidência de violências na infância e adolescência, nisso inclui também orientar as vítimas, sobre como podem se defender e denunciar o que vem acontecendo com si próprios, salientando o fato que a pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de fatores de risco para a ocorrência de abuso infantil, em todo o mundo.

Ressaltando, como uma das limitações averiguadas, a carência em relatos de experiência de enfermeiros que intervêm diretamente na questão da violência, os dados coletados sobre as ações do Programa Saúde na Escola geralmente tinham relação com outras questões de saúde que levaram a descoberta de sinais de agressão. O enfermeiro mesmo sendo profissional protagonista para a promoção de saúde na escola na busca por abordagens contra a violência, esses estudos mostraram-se menos frequentes e mais difíceis de serem encontrados, observando-se uma imensa necessidade no desenvolvimento maior da temática.

Com isso concluímos que os enfermeiros precisam se envolver mais nessa temática e buscar se capacitar, criando estratégias para cumprir seu papel como incentivador da saúde e na proteção das crianças e adolescentes do país. Se fazendo também necessário a inclusão da temática nas grades curriculares dos graduandos, além da implantação de ações de educação permanente e de protocolos que guiem os encaminhamentos e intervenções dos profissionais de enfermagem frente a estes casos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, J. S. M. et al. Significado da Enfermagem no Programa de Saúde na Escola (PSE) pós pandemia da Covid-19: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e10566-e10566, 2022.

BATISTA, M. K. B.; QUIRINO, T. R. L. Debatendo a violência contra crianças na saúde da família: reflexões a partir de uma proposta de intervenção em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e180843, 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF, p. 2, 06 Dez. de 2007.

BRASIL. Portaria de consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. BRASIL, Ministério da Saúde. 2017.

EGRY, E. Y. et al. Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem? **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 119-125, 2017.

EGRY, E. Y.; APOSTOLICO, M. R.; MORAIS, T. C.P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde.

Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 83-92, 2018.

MAGALHÃES, B. C. et al. Abuso infantil no período da pandemia da COVID-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 1, p. e11352-e11352, 2023.

MUNIZ, B. A. A.; DANTAS, A. L. M.; SANTANA, M. M. de. Notificação de violência infantojuvenil: percepção dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.

REIS, D. M.; PRATA, L. C. G.; PARRA, C. R. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia. Pt**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2018.

REGO, E. L. Ações preventivas do programa saúde na escola contra a violência sexual no município de casinhas, Pernambuco. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 6, p. 5811- 5821, 2019.

SILVA, S. A.; CERIBELLI, C. O papel do enfermeiro frente a violência infantil na atenção primária. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 8, p. e5001-e5001, 2021.

SOUZA, V. P. de et al. Protagonismo de adolescentes no planejamento de ações para a prevenção da violência sexual. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.